

PONTO DE VISTA

- 571 O problema e a superação das “falhas de regulação” na atuação dos agentes públicos – Um desafio permanente
Renato Geraldo Mendes

DOCTRINA

- 574 A arbitragem na Administração Pública e a escolha dos árbitros e das Câmaras Arbitrais
Flavio Amaral Garcia
- 581 Improbidade administrativa à luz da jurisprudência dos tribunais
Marinês Restelatto Dotti

ORIENTAÇÃO PRÁTICA

- 606 Preço estimado – Considerações sobre a definição da metodologia que será utilizada
- 613 Preço máximo – Apresentação de propostas com preços superiores e necessidade de negociação
- 617 Dispensa de licitação – Contratação de instituição sem fins lucrativos para organização de concurso público
- 622 Serviços contínuos – Contagem dos prazos de vigência nas prorrogações contratuais
- 627 Lei das Estatais – Momento para a desclassificação de proposta com valor acima do preço máximo

PERGUNTAS E RESPOSTAS

- 632 1. Diante de solicitação de repactuação feita em maio de 2017 – pedido decorrente de CCT registrada em abril de 2017, com efeitos retroativos a janeiro do mesmo ano, mês este correspondente à data-base da categoria envolvida na prestação do serviço –, é possível autorizá-la mesmo que a vigência contratual tenha se encerrado em fevereiro de 2017?
- 634 2. É possível penalizar empresa que aceitou formalmente a prorrogação do contrato de prestação de serviço continuado quando do recebimento do termo aditivo e, posteriormente, desistiu?

- 636 3. A utilização de robôs na fase de lances da licitação constitui ilegalidade na Administração Pública federal?
- 640 4. A desconexão no sistema eletrônico é razão para desclassificar a proposta do licitante?
- 643 5. Em licitação para registro de preços, fundamentada na Lei nº 13.303/2016, é possível estabelecer a validade do registro pelo prazo de 12 meses prorrogável por igual período ou, até mesmo, estipular outro prazo considerado adequado?
- 644 6. Quanto ao art. 66, § 2º, inc. V, da Lei nº 13.303/2016, o que entender por “propostas originais”? Refere-se ao valor do último lance, independentemente de o valor estar abaixo ou acima do estimado?
- 646 7. As entidades do Sistema S podem dispensar documentos de regularidade fiscal de seus fornecedores? Em que casos?
- 649 8. Na contratação direta de remanescente de contrato de serviços contínuos, a vigência contratual fica vinculada à data final informada no contrato rescindido?
- 651 9. Durante execução de contrato de serviço contínuo, a contratada foi apenada com o impedimento de licitar e contratar por outro órgão, da mesma esfera da Administração contratante. Nessa hipótese, é possível realizar alterações contratuais?
- 653 10. Ao aderir a uma ata de registro de preços, o órgão ou a entidade carona está vinculado a todas as condições previamente fixadas pelo órgão gerenciador?

656 JURISPRUDÊNCIA

664 TRIBUNAIS DE CONTAS

673 LEGISLAÇÃO

674 BLOG ZÊNITE